

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH - UPA III DR. ALAIR MAFRA ANDRADE (CNPJ 23.453.830/0025-47)  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2023 E PERÍODO DE 06/06 A 31/12/2022 - EM REAIS (R\$)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS		
	Notas	2023	2022		2023	Período de 06/06 a 31/12/2022		2023	Período de 06/06 a 31/12/2022
<b>Ativo/Circulante</b>		<b>15.812.481</b>	<b>6.723.500</b>	<b>Receitas Operacionais</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	729.684	926.639	Serviços prestados					
Contas a receber	5	1.958.827	5.376.122	pacientes SUS	29.505.924	17.211.789	<b>Superávit/(Déficit) do Exercício</b>	<b>362.134</b>	<b>3.696.166</b>
Estoques	6	695.635	401.742	<b>Receita Líquida</b>	<b>29.505.924</b>	<b>17.211.789</b>	Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa		
Outros créditos		134.200	18.997	<b>Custos</b>			Depreciação/Amortização	13.308	1.825
Contratos de gestão	3m	12.294.135	-	Serviços de terceiros	(17.071.811)	(7.732.523)	Provisão para Contingências	-	-
<b>Não Circulante</b>		<b>5.098.487</b>	<b>53.493</b>	Pessoal e encargos	(6.458.594)	(3.145.108)	<b>Superávit/(Déficit) do Exercício Ajustado</b>	<b>375.442</b>	<b>3.697.991</b>
Contas a receber	5	5.006.581	-	Materiais e medicamentos	(2.501.068)	(1.063.068)	<b>(Aumento)/Redução do Ativo</b>		
Imobilizado	7	91.906	53.493	<b>Superávit/(Déficit) Líquido</b>	<b>3.474.451</b>	<b>5.271.090</b>	Contas a Receber	(1.589.286)	(5.376.122)
<b>Total do Ativo</b>		<b>20.910.968</b>	<b>6.776.993</b>	<b>Despesas</b>			Estoques	(293.893)	(401.742)
				Pessoal e encargos	(1.614.648)	(786.277)	Outros Créditos	(115.203)	(18.997)
<b>Passivo e Patrimônio Social/Circulante</b>		<b>16.852.668</b>	<b>3.080.827</b>	Serviços de terceiros	-	-	<b>Aumento/(Redução) do Passivo</b>		
Fornecedores	8	3.023.425	2.049.741	Impostos, taxas e contribuições	(7.287)	(3.151)	Fornecedores	973.684	2.049.741
Obrigações trabalhistas	9	986.697	744.731	Depreciação/amortização	(9.365)	(1.825)	Obrigações Trabalhistas	241.966	744.731
Obrigações sociais	10	243.870	123.529	Despesas gerais e administrativas	14	(1.476.036)	Obrigações Sociais	120.341	123.529
Obrigações fiscais		113.814	90.213	<b>Superávit/(Déficit) antes do Resultado Financeiro</b>	<b>367.115</b>	<b>3.701.592</b>	Obrigações Fiscais	23.601	90.213
Outras contas a pagar	11	133.315	2.108	<b>Financieira Líquidas</b>			Outras Contas a Pagar	131.207	2.108
Partes relacionadas	12	57.412	70.505	Despesas financeiras	(24.739)	(18.303)	<b>Fluxo de Caixa Gerado/ (Consumido) pela Atividade Operacional</b>	<b>(132.141)</b>	<b>911.452</b>
Contratos de gestão	3m	12.294.135	-	Receitas financeiras	13.071	12.155	<b>Atividades de Investimento</b>		
<b>Patrimônio Social</b>		<b>4.058.300</b>	<b>3.696.166</b>	<b>Superávit/(Déficit) antes de Outras Despesas e Receitas</b>	<b>355.447</b>	<b>3.695.444</b>	Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(51.721)	(55.318)
Patrimônio social		3.696.166	-	Doações e subvenções	880	722	<b>Fluxo de Caixa Consumido pela Atividade de Investimento</b>	<b>(51.721)</b>	<b>(55.318)</b>
Superávit (déficit) acumulado		362.134	3.696.166	Outras receitas e despesas	5.807	-	<b>Atividades de Financiamento</b>		
<b>Total do Passivo e Patrimônio Social</b>		<b>20.910.968</b>	<b>6.776.993</b>	<b>Superávit/(Déficit) do Exercício</b>	<b>362.134</b>	<b>3.696.166</b>	Partes Relacionadas	(13.093)	70.505
							<b>Fluxo de Caixa Gerado/ (Consumido) pela Atividade de Financiamento</b>	<b>(13.093)</b>	<b>70.505</b>
							<b>Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(196.955)</b>	<b>926.639</b>
							No início do exercício	926.639	-
							No fim do exercício	729.684	926.639
							<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período</b>	<b>(196.955)</b>	<b>926.639</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) Acumulado	Total
<b>Saldos em 06/06/2022</b>	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	3.696.166	3.696.166
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	-	<b>3.696.166</b>	<b>3.696.166</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	3.696.166	(3.696.166)	-
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	362.134	362.134
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>3.696.166</b>	<b>362.134</b>	<b>4.058.300</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**1. Contexto Operacional: a. Objetivos Sociais:** A UPA III Dr. Alair Mafra Andrade é uma unidade hospitalar da rede municipal de Saúde, com atendimento à assistência à saúde, atendendo as patologias com atendimento especializado em diagnóstico, terapêuticas e exames de média complexidade. A unidade oferece assistência de média complexidade em clínica médica, ambulatório, exames de raios-x, laboratoriais e tomografia. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 horas por dia.

**b. Contrato de Gestão:** A Unidade de Pronto Atendimento Dr. Alair Mafra Andrade é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 06/06/2022, por meio de contrato de gestão nº 362/2022-SEMUSA Anápolis GO. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

**Âmbito Legislação Publicação**  
Federal Decreto Federal nº 50.517/61 DOU de 23/12/1970  
Estadual Lei Estadual nº 5.341/69 DOE de 19/11/1969  
Municipal Lei Municipal nº 416 DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º/01/2024 a 31/12/2026 foi protocolada em 22/11/2023, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§2º: A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187 /2021.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: a. Declaração de Conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21/09/2012 e revisada em 21/08/2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.

**b. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 30/01/2024.

**c. Base de Mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

**d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

**3. Re-**

**sumo das Principais Políticas Contábeis:** A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata.

**b. Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

**c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração:** A Administração recebeu listagem inicial de ativos oriundos da gestão anterior, porém não estavam valorizados, portanto, não reconheceu os ativos do contrato Gestão nestas demonstrações contábeis. Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, quando aplicável, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada.

**ii. Custos Subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**iii. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
10%	Máquinas e Equipamentos
10%	Móveis e Utensílios
10%	Móveis e Utensílios Hosp.
20%	Aparelhos Telefônicos
20%	Eq. Informática

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**d. Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software.

**e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor

contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**f. Julgamentos e Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

**i. Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias.

**ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável.

**g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.

**h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública.

**i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

**j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2023 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificas-

continua ->

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

–\* continuação DO INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH UPA III DR. ALAIR MAFRA ANDRADE

sem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão:** Em 2023, a Administração da UPA concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado. Considerando custo e benefício das divulgações, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração optou em não reapresentar o exercício de 2022, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras, com a referida política contábil. Para fins de evidência, a seguir, a Administração apresenta os efeitos da aplicação da política, caso fossem reconhecidas ao exercício de 2022.

	31/12/2022 (*)	31/12/2022
<b>Ativo/Circulante</b>	<b>19.017.635</b>	<b>6.723.500</b>
Caixa e equivalentes de caixa	926.639	926.639
Contas a receber	5.376.122	5.376.122
Estoques	401.742	401.742
Outros créditos	18.997	18.997
Contratos de gestão	12.294.135	-
<b>Não Circulante</b>	<b>53.493</b>	<b>53.493</b>
Contas a receber	-	-
Imobilizado	53.493	53.493
<b>Total do Ativo</b>	<b>19.071.128</b>	<b>6.776.993</b>
(*) reapresentado	31/12/2022 (*)	31/12/2022
<b>Passivo e Patrimônio Social/Circulante</b>	<b>15.374.962</b>	<b>3.080.827</b>
Fornecedores	2.049.741	2.049.741
Obrigações trabalhistas	744.731	744.731
Obrigações sociais	123.529	123.529
Obrigações fiscais	90.213	90.213
Outras contas a pagar	2.108	2.108
Partes relacionadas	70.505	70.505
Contratos de gestão	12.294.135	-
<b>Patrimônio Social</b>	<b>3.696.166</b>	<b>3.696.166</b>
Patrimônio social	-	-
Superávit do exercício/período	3.696.166	3.696.166
<b>Total do Passivo e Patrimônio Social</b>	<b>19.071.128</b>	<b>6.776.993</b>

7. Imobilizado:	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Móveis e Utensílios Hosp.	Aparelhos Telefônicos	Eq. Informática	Total
Em 31/12/2022						
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Aquisições	15.890	19.738	19.690	-	-	55.318
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(538)	(615)	(672)	-	-	(1.825)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>15.352</b>	<b>19.123</b>	<b>19.018</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>53.493</b>
Em 31/12/2023						
Saldo inicial	15.352	19.123	19.018	-	-	53.493
Aquisições	525	10.686	6.162	19.500	14.848	51.721
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(1.618)	(2.575)	(2.148)	(5.243)	(1.724)	(13.308)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>14.259</b>	<b>27.234</b>	<b>23.032</b>	<b>14.257</b>	<b>13.124</b>	<b>91.906</b>

8. Fornecedores:	2023	2022
Materiais e medicamentos	63.101	30.754
Serviços	626.824	1.189.158
Serviços médicos	2.023.696	705.200
Diversos	309.804	124.629
<b>Total</b>	<b>3.023.425</b>	<b>2.049.741</b>
9. Obrigações Trabalhistas:	2023	2022
Ordenados e salários a pagar	378.012	416.204
Provisão férias	563.673	304.219
Provisões FGTS s/férias	45.012	24.308
<b>Total</b>	<b>986.697</b>	<b>744.731</b>
10. Obrigações Sociais:	2023	2022
INSS a recolher	76.454	40.217
FGTS a recolher	87.056	48.298
IRRF s/folha a recolher	80.360	35.014
<b>Total</b>	<b>243.870</b>	<b>123.529</b>
11. Outras Contas a Pagar:	2023	2022
Empréstimo consignado a funcionários	15.507	2.108
Verba piso salarial da enfermagem (i)	117.808	-
<b>Total</b>	<b>133.315</b>	<b>2.108</b>

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:	2023	2022
Caixa em espécie	49	1.166
Aplicações financeiras de liquidez imediata	729.635	925.473
<b>Total</b>	<b>729.684</b>	<b>926.639</b>

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. Contas a Receber:	2023	2022
Contrato de Gestão 362/2022	1.958.827	5.376.122
<b>Total Circulante</b>	<b>1.958.827</b>	<b>5.376.122</b>
Contrato de Gestão 362/2022 (i)	5.006.581	-
<b>Total Não Circulante</b>	<b>5.006.581</b>	<b>-</b>

(i) Refere-se a montante retido pela prefeitura, relativo aos meses de junho/2022 a novembro de 2023, em discussão. A Administração considera o montante recebível, portanto, não foram realizadas provisões para perdas.

Aging List	2023	2022
De 16 a 30 dias	1.958.827	2.458.827
De 31 a 60 dias	83.560	190.000
De 61 a 90 dias	164.184	-
De 91 a 180 dias	642.789	2.046.888
De 181 a 360 dias	834.381	680.407
de 360 dias	3.281.667	-
<b>Total</b>	<b>6.965.408</b>	<b>5.376.122</b>

6. Estoques:	2023	2022
Drogas e medicamentos	23.688	210.234
Materiais de uso do paciente	304.604	136.639
Materiais de manutenção	45.427	24.883
Limpeza e higienização	13.058	2.905
Materiais de expediente e impressos	30.667	13.258
Dietas enterais e parenterais	17.509	7.615
Equipamento de proteção individual	30.780	1.069
Materiais de laboratório	58.706	595
Material de informática	3.339	461
Materiais odontológicos	12.547	4.083
Gases medicinais	130.011	-
Demais materiais	25.299	-
<b>Total</b>	<b>695.635</b>	<b>401.742</b>

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2023	2022
Cível	-	2.040.000
Trabalhista	90.989	-
<b>Total</b>	<b>90.989</b>	<b>2.040.000</b>

**14. Despesas Gerais e Administrativas:**

	2023	2022
Serviços de gestão	(774.278)	(509.360)
Viagens e hospedagem	(59.021)	(30.999)
Aluguel de máquinas	(7.930)	(154.728)
Despesas com veículos	(45.949)	(21.752)
Água e esgoto	(61.987)	(14.672)
Reformas	-	(12.380)
Telefone	(18.609)	(3.113)
Energia elétrica	(327.711)	-
Outros	(180.551)	(31.241)
<b>Total</b>	<b>(1.476.036)</b>	<b>(778.245)</b>

**15. Renúncia Fiscal:** A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2023	2022
Cota patronal/Terceiros e RAT/SAT	1.673.959	719.075
<b>INSS</b>	<b>1.673.959</b>	<b>719.075</b>
COFINS	885.178	516.354
<b>COFINS</b>	<b>885.178</b>	<b>516.354</b>
<b>Total</b>	<b>2.559.137</b>	<b>1.235.429</b>

**16. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2023	2022
Aplicações financeiras de liquidez imediata	729.635	925.473
Contas a receber	6.965.408	5.376.122
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>7.695.043</b>	<b>6.301.595</b>
Fornecedores	3.023.425	2.049.741
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>3.023.425</b>	<b>2.049.741</b>

**17. Gestão de Riscos:** A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros:

**i. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **18. Eventos Subsequentes:** Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão Contrato 362/2022 - SEMUSA estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 10/05/2024. Anápolis-GO, 30/01/2024.

Sebastião Bismarques da Silva - Diretor Executivo - CPF: 295.299.211-87 Leegiana Moutinho Lee - Contador - CRC-GO 015202-0

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Unidade de Pronto Atendimento UPA Porte III - Dr. Alair Mafra Andrade - Anápolis - GO. **Opinião com Ressalva:** Examinamos as de-

monstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Unidade de Pronto Atendimento UPA Porte III - Dr. Alair Mafra Andrade, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023

e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nos-

continua -\*

<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH UPA III DR. ALAIR MAFRA ANDRADE</b>	
<p>→* continuação</p> <p>sa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no tópico "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Unidade de Pronto Atendimento UPA Porte III - Dr. Alair Mafra Andrade, em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião com ressalva:</b> Durante nossos trabalhos não pudemos evidenciar um adequado processo e controles internos do sistema de controle e custeio de estoques, denominado "CELK", utilizado pelo Instituto e fornecido pela Secretaria de Saúde do Município de Anápolis-GO. Nestas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que permitissem concluir sobre a adequada valorização dos estoques da UPA em 31/12/2023, apresentando no ativo circulante pelo montante de R\$ 695.635, assim como não pudemos concluir sobre a correta valorização do consumo de medicamentos, materiais e demais itens reconhecidos ao custo dos serviços prestados no exercício, pelo montante de R\$ 2.501.068. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. <b>Principais assuntos de auditoria:</b> Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • <b>Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa:</b> A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento e renegociação com ente público. <b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:</b> Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a Secretaria de Saúde de Anápolis como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público. <b>Outros assuntos:</b> i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 27/04/2023, com modificação relativa a ausência de valorização dos estoques por parte da gestão anterior da UPA e do Ente Público, impactando no reconhecimento de saldos iniciais valorizados de estoques de acordo com as médias de preços sistematicamente controladas por este poder concedente. Nestas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que permitissem concluir sobre a adequação dos custos de materiais e medicamentos consumidos no período junho a julho de 2022 e apresentados ao resultado do período no montante total de R\$ 334.688, na rubrica de custos com materiais e medicamentos. <b>Ênfases:</b> Nossa opinião</p>	<p>não está ressaltada em função do seguinte assunto: (i) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Administrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. ii) Chamamos a atenção, conforme demonstrado na nota explicativa 5 - contas a receber, sobre os efeitos das retenções dos pagamentos do contrato de gestão, realizados pela Secretaria do Município de Anápolis - SEMUSA, relativas ao período de 06/2022 a 11/2023, no montante total de R\$ 5.006.581. Em 31/12/2023, em decorrência da classificação destes recebíveis em rubrica de Contas a Receber no Ativo Não Circulante, devido a perspectiva de recebimento dos valores em discussão a ser realizada com o Ente Público, a UPA apresenta excesso de passivos sobre seus ativos circulantes, demonstrando capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.040.188. Estas demonstrações contábeis foram preparadas com o princípio de continuidade das operações, considerando os melhores esforços da Administração no recebimento dos recursos do contrato e recomposição de caixa, não sendo apurado ou reconhecida eventuais provisões para descontinuidade das operações. (iii) Conforme descrito nas notas explicativas e 18, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão da UPA Alair Mafra Andrade está vigente até 10/05/2024, entretanto, até a emissão desse relatório, a Secretaria de Saúde do Município de Anápolis não havia concretizado processo de renovação junto à Entidade. Estas demonstrações contábeis foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. (iv) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c) e 6, chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, recebido do Ente Público, não foi reconhecido contabilmente, em virtude de não ter sido valorizado pelo poder concedente. A Administração considera que estes imobilizados serão integralmente revertidos ao poder concedente (Secretaria de Saúde do Município de Anápolis-GO), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade está em processo de avaliação de valorização dos itens recebidos e optou por não adotar as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. (v) Conforme descrito na nota explicativa 3.m, chamamos a atenção ao fato de a Administração da UPA optou em reconhecer o valor remanescente do contrato de gestão em contas de ativo e passivo para apresentação do volume de contrato sob sua responsabilidade. A Administração optou em não reapresentar os saldos de 2022, aplicando a política contábil de forma prospectiva, entretanto, na referida nota explicativa, apresenta os efeitos do reconhecimento do ativo (contas a receber) e passivo (obrigações de execução) caso fossem reapresentados. <b>Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:</b> A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter</p> <p>segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 30/01/2024. <b>Planners Auditores Independentes</b> - CRC.SP. nº ZSP 14.712/O-2; <b>Heitor Piovam</b> - Contador CRC 1SP 331.721/O-6.</p>